

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS

**TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DO
CURSO DE MBA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS**

**METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO
DE MUNICÍPIOS**

CARLOS ALBERTO DE SOUZA
Matr.:210011816

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2011.

CARLOS ALBERTO DE SOUZA

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO DE MUNICÍPIOS

Trabalho Final apresentado ao Curso de MBA em Gestão de Negócios do Ibmecc Business School como parte dos requisitos para atendimento da resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação, de 03 de abril de 2001.

Aprovado em ____/____/____

Parecer do Prof. _____

Rio de Janeiro (RJ)
Dezembro / 2011

RESUMO

O Fornecimento indiscriminado de bens e serviços à população que o mercado não consegue proporcionar ou que não lhe é interessante economicamente. Essa é uma das três funções do Poder Público, chamada **Função Alocativa**.

A distribuição de renda depende da produtividade, a qual é influenciada pela riqueza de cada indivíduo: Quanto mais rico, maior a produção, quanto maior a produção mais riqueza. Infelizmente, o contrário também é realidade. Na tentativa de quebrar esse ciclo, o governo age como redistribuidor de renda, na medida em que, através da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores ou regiões), e os transfere para os segmentos menos favorecidos. Essa é a **Função Distributiva**.

Finalmente, como o sistema de preços não consegue se auto-regular, o Poder Público interfere visando à estabilização tanto da produção quanto do crescimento dos preços. A essa terceira função, chamamos de **Função Estabilizadora**.

Desde 1920 que essas eram as funções principais do Poder Público, até que com a publicação da LC 101, de 04 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, os Governos vêm desempenhando uma quarta função: A Função de Crescimento Econômico. Nessa função, o Governo deixa de atuar somente como recolhedor e aplicador de tributos em benefícios sociais, salários e obras públicas para exercer função de gerador de negócios. Essa função diz respeito às políticas que permitem o aumento na formação de capital, atrelado a mecanismos de controle e transparência na administração pública, chamada de Gestão Responsável. Nesse momento o Ente Público desaparece como prestador de serviços básicos e se transforma em um multiplicador de renda, com todas as características corporativas, com exceção do lucro, mas de atuação proativa na fomentação do desenvolvimento. Iniciada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa mudança estrutural trouxe maior acesso a créditos externos aos governos estaduais e municipais, porém não o suficiente para que se traduzam em taxas mais aprazíveis e/ou prazos mais dilatados por parte da maioria dos Bancos Comerciais. Cabe ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa e aos agentes externos de desenvolvimento BID e BIRD, entre outros, o papel de principais fontes de recursos de longo prazo.

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar um modelo de avaliação de risco de Crédito de Municípios, demonstrando que é possível, partindo das demonstrações financeiras obrigatórias, a segregação de Entes na capacidade de pagamento e gestão da máquina pública, apresentando ainda os que apresentam melhores situações econômicas financeira.

ABSTRACT

The indiscriminate supply of goods and services to the population, that the market can not provide or it is not economically interesting. This is one of the three functions of government, called **Allocative Function**.

The distribution of income depends on productivity, which is influenced by the wealth of the individual: The richer, higher production, higher production more wealth. Unfortunately, the opposite is also true. In an attempt to break this cycle, the government acts as redistributing income, to the extent that, through taxation, removes resources from the richer segments of society (individuals, sectors or regions), and transfers to the disadvantaged segments. This is the **Distributive Function**.

Finally, as the price system is not able to regulate itself, the Government interferes in order to stabilize both production and price growth. At this third function we call **Stabilizing Function**.

Since 1920 these had been the main functions of the Government, until the publication of the LC 101, on 04 may of 2000, called the Fiscal Responsibility Law, that governments have played a fourth function: The Economic Growth Function. In this role, the Government stops acting only as tax collector for investing it in social benefits, wages and public works to play function as a business generator. This function relates to public policies that allow the increase in capital formation, linked to control mechanisms and transparency in public administration, called the Responsible Management. At that time the public entity disappears as basic services provider and becomes a multiplier of income, with all the corporate features, except for profit, but proactive role in fostering development. Initiated by the Fiscal Responsibility Law, this structural change brought greater access to foreign credits to state and local governments, but not enough to be translated at rates more pleasant and / or longer terms by the majority of Commercial Banks. It is up to BNDES, Banco do Brasil, Caixa and external development agents IDB and World Bank, among others, the role of the main sources of long-term resources.

This paper aims to present a model of credit risk assessment of Municipalities, demonstrating that it is possible, starting with the statutory financial statements, the segregation of ability to pay and management of public administration entities, showing even the ones that present the best financial and economic situation.

| | |
|--|-------------|
| ITEM - ÍNDICE | PAG. |
| 1 – INTRODUÇÃO | 4 |
| 1.1. PROBLEMA | 5 |
| 1.2. OBJETIVO..... | 7 |
| 1.3. RELEVÂNCIA DO MODELO..... | 8 |
| 1.4. DELIMITAÇÃO DO MODELO | 9 |
| | |
| 2 – REVISÃO DA LITERATURA | 11 |
| 2.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL..... | 11 |
| 2.1.1. CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA..... | 14 |
| 2.1.2. DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE FISCAL..... | 16 |
| 2.1.3. LIMITES DA LRF..... | 18 |
| 2.1.4. PENALIDADES | 21 |
| 2.2. RISCO DE CRÉDITO..... | 23 |
| 2.2.1. RISCO PAÍS E RISCO TRANSFERÊNCIA..... | 24 |
| 2.2.2. RISCO DE MERCADO | 25 |
| 2.2.3. RISCO DE TAXA DE JUROS | 26 |
| 2.2.4. RISCO DE LIQUIDEZ..... | 26 |
| 2.2.5. RISCO OPERACIONAL | 28 |
| 2.2.6. RISCO LEGAL | 28 |
| 2.2.7. RISCO DE REPUTAÇÃO | 28 |
| 2.3. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO | 29 |
| 2.3.1. RATING | 33 |
| | |
| 3 – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCO – MODELO RESTRITO | 36 |
| 3.1. FUNDAMENTAÇÃO..... | 36 |
| 3.2. SÍNTESE DO MODELO | 38 |
| 3.3. SINALIZADORES | 39 |
| 3.3.1. EXPLICAÇÃO DOS SINALIZADORES..... | 40 |
| 3.4. ANÁLISE QUANTITATIVA | 46 |
| 3.4.1. ESCOLHA DOS INDICADORES..... | 46 |
| 3.4.2. EXPLICAÇÃO DOS INDICADORES | 47 |
| 3.5. ANÁLISE QUALITATIVA | 55 |
| 3.5.1. CHECK LIST DAS INFORMAÇÕES..... | 56 |
| 3.5.2. PENALIZAÇÃO QUALITATIVA | 57 |
| 3.6. CONCEITO CADASTRAL | 58 |
| | |
| 4 –AUTOMAÇÃO DO MODELO | 59 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 60 |
| | |
| ANEXO 1 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE SINALIZAÇÃO E DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DO MODELO | 61 |

1. INTRODUÇÃO

Em termos de gerenciamento de risco, a elaboração de uma Análise de Crédito de qualquer empresa nada mais é do que a avaliação da sua probabilidade de inadimplência (*Probability of Default* - PD), o qual representa o mais importante “tijolo” do risco de crédito. Essencialmente, a PD é a expressão, em termos contínuos, da possibilidade que uma inadimplência venha a ocorrer.

Atualmente, muitos são os recursos que os Bancos possuem para análise da situação econômica e financeira de outros bancos ou de empresas privadas, principalmente as de capital aberto, dada a variedade de informações oficiais disponibilizadas, seja pelo BACEN, seja pela CVM, onde o grau de credibilidade nas Demonstrações Financeiras apresenta-se adequado. O mesmo ainda não pode ser afirmado sobre as informações disponibilizadas pelos Entes Públicos. Apesar de apresentarem grandes melhorias, principalmente a partir da LC 101, de abril de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, a qualidade das informações não é adequada para análise da PD de um estado ou de um município brasileiro, principalmente devido à facilidade de sua manipulação. Mesmo o melhor modelo de Análise de Risco de Crédito, por si só, não é capaz de identificar incoerências contábeis e financeiras. Qualquer modelo apresentado será apenas mais um instrumento utilizado pelo analista, já que a melhor ferramenta para uma boa avaliação, principalmente para decisão de concessão de empréstimo e qual o montante a ser disponibilizado, será sem dúvidas a expertise, o *feeling* e a busca incessante do analista pela informação correta. É nesse momento que surge o grande desafio dos analistas de crédito: a capacidade de testar a veracidade das informações, pelo menos, a níveis mínimos aceitáveis. Esse é um desafio que transcende o conhecimento técnico e atinge o problema do despreparo público, do dolo dos mal administradores, da fiscalização pouco abrangente e da impunidade ainda flagrante, todos não incluídos no escopo desse trabalho.

1.1 PROBLEMA

A República Federativa do Brasil é composta por 26 Estados e um Distrito Federal. Cada um dos estados brasileiros, ou seja, cada uma das unidades da Federação é ainda subdividida em municípios e esses em distritos. Hoje, dezembro de 2010, o Brasil possui 5.566 municípios. Elaborar a Classificação de Risco de um Estado não é grande problema. Estados são bem organizados, têm estruturas adequadas para prestação de informações e são amplamente visados pelos órgãos fiscalizadores, além de serem somente 27 unidades. O mesmo ocorre com os grandes municípios brasileiros, alguns deles maiores que muitos países. Esses também estão na mira do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas, órgãos fiscalizadores. Mas e os pequenos municípios, aqueles com menos de mil habitantes, exemplo de Borá-sp, com 805 habitantes (Finbra de 2010). Será que esse município possui estrutura adequada para prestação de informações financeiras que abalizem a elaboração de uma análise de risco? Talvez citar a população do município tenha sido inadequada, dada que quantidade nada tem haver com qualidade, mas será que municípios como Manari-PE (Finbra 2010), considerado o mais pobre município do Brasil, reunirão sistemas, profissionais e equipamentos necessários para uma adequada estrutura de Controle Interno? Para alguns deles a resposta é “sim”, já que existe Linha de Crédito dentro do BNDES, denominada PMAT, que disponibiliza recursos, independente do nível de crédito do Município, para modernização dos sistemas de controle e fiscalização, porém esse programa é ainda incipiente.

Não somente Bancos ou outras Instituições Financeiras estariam interessados nessas informações. Imaginem uma pequena ou média construtora que tenha vencido licitação para uma grande obra de um município, e para atender a essa demanda necessite direcionar todos os seus recursos de máquinas e força de trabalho, devendo ainda contratar mais mão-de-obra.

Esse é um passo muito arriscado de ser dado sem a correta avaliação da condição de pagamento desse Município. Um atraso maior de pagamento “quebra” essa construtora. Até mesmo pessoas físicas, com algum conhecimento de contabilidade pública, na tomada de decisão de trabalhar nesse ou naquele município que prestara concurso. Como saber qual apresenta maior capacidade financeira e melhor política de recursos humanos?

A importância da análise de risco é flagrante na maioria de ações que tomamos: na decisão da instituição de ensino a escolher, na escolha do bairro para morar, na compra de simples objeto, ou até mesmo na escolha deste ou daquele caminho. Faz parte do ser humano. O importante é se munir das ferramentas adequadas para essa análise, sempre partindo do bom senso e da humildade de continuar buscando.

1.2 OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é o de apresentar o “Modelo Restrito de Análise de Risco Municípios”. A expressão “Restrito”, citada acima, não foi por acaso. A intenção desse trabalho é fornecer uma ferramenta eficiente e rápida na verificação da situação econômica e financeira dos municípios brasileiros, mas com restrições no seu escopo. Essa ferramenta baseia-se em informações obrigatórias, fornecidas em modelo padrão para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, informações chanceladas pelos técnicos do Tesouro Nacional. Seu objetivo principal é o de atender às necessidades não-profissionais de análise de crédito ou para análises prévias, na decisão de elaborar ou não uma análise mais apurada.

Ao final da leitura desse trabalho, esperamos que o leitor possa utilizar esse modelo para preparação de uma Classificação de Risco, com informações suficientes para emitir opinião abalizada sobre a situação financeira de quantos municípios necessitar, identificando, inclusive, os mais e menos equilibrados economicamente. Assim, estaremos constatando a evolução e celeridade aplicada na forma e no conteúdo das informações financeiras dos Entes Públicos, pós Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.3 RELEVÂNCIA DO MODELO

Como já descrito, esse modelo de Classificação de Risco possui diversas utilizações no Mercado, sendo as principais:

- Subsídio para a decisão de financiar ou não um grupo;
- Possibilitar a própria Gestão do Risco de Crédito da empresas;
- Subsidiar decisões quanto a renegociações de créditos problemáticos;
- Subsidiar eventuais dispensas ou flexibilizações de garantias em um contrato;
- Acompanhamento da carteira de crédito (obrigação Res. 2.682/1999 do BACEN);
- Decisão no fornecimento de bens e serviços.

Entretanto, a relevância desse modelo não deve se prender apenas às necessidades de negócios. Qualquer cidadão é potencialmente interessado na situação financeira do estado ou município de onde mora, para onde pretende morar, ou onde pretende estabelecer negócios. Isso reforma a importância do conhecimento da saúde financeira da sua cidade, já que isso poderá afetar seus negócios ou sua vida pessoal de forma direta ou indireta.

Cidades com histórico de enchentes, de alto índice de criminalidade, com problemas de desvios políticos, situações graves de descaso público, governante cassados por improbidade. Todas essas situações podem ser reflexos não somente da pobreza de um município, mas de sua má administração.

Esses problemas poderão ser identificados através de uma análise financeira, utilizando-se esse modelo como ferramenta de avaliação.

1.4 DELIMITAÇÃO DO MODELO

Pela complexidade do tema, esse trabalho se limitará a fornecer um modelo restrito de análise de risco de crédito apenas para Municípios, utilizando indicadores financeiros relevantes, além dos indicadores já previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, disponíveis no site do Tesouro Nacional.

Nosso modelo de análise se baseará em três aspectos a serem abordados:

- a) Análise Cadastral: Levantamento de informações sobre inadimplimentos do Ente, processos relevantes e análise cadastral dos gestores do município, incluindo o Executivo e o Legislativo;
- b) Análise Quantitativa Retrospectiva: Levantamento de informações financeiras dos últimos quatro anos, base para elaboração dos indicadores financeiros;
- c) Análise Qualitativa do Ente: Verificação da estrutura organizacional do Município, seus processos e sistemas informatizados, voltados ao atendimento eficaz e eficiente das informações obrigatórias.

Importante destacar que esse modelo baseia-se em informações coletadas estritamente através da *internet*. Sendo sua característica principal a praticidade na preparação. Todas as informações são padronizadas e comuns a todos os Entes, facilitando os trabalhos de comparação entre eles.

A elaboração de uma análise mais analítica, ou que abrangesse também os Estados, demandaria maior tempo do analista e necessitaria de muito mais informações, muitas delas não disponível na *Internet*, principalmente no caso dos Estados Brasileiros, por sua imensa complexidade. Logo, excluídos do escopo desse trabalho.

Entretanto, a maior limitação deste trabalho está na parametrização dos dados, que representa a base comparativa estatística que atribui limites mínimos e máximos para cada um dos indicadores de sinalização e indicadores quantitativos. Como dica aos usuários, essa parametrização poderá ser elaborada partindo-se dos dados do Finbra (Finanças do Brasil), disponível no site do Tesouro Nacional, onde todos os dados de balanço da maioria dos 5.566 municípios estão dispostos por estado e em ordem alfabética.

Finalmente, esse Trabalho é direcionado a usuários com conhecimentos básicos de contabilidade pública, motivo pelo qual optamos por uma linguagem utilizada no setor.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nos tempos de inflação em índices inimagináveis, chegando a 30% ao dia, o controle das finanças públicas não passava de mera tentativa. A inflação se encarregava de desvirtuar qualquer esforço de controle financeiro, dificultando a atuação até dos melhores administradores, já que era impossível empreender uma gestão financeira adequada. As dívidas públicas, que se acumulavam e cresciam a cada ano, eram igualmente impelidas pela inflação.

Com o advento do Plano Real, surgido após uma sucessão de planos econômicos que não obtiveram sucesso, conseguiu-se o controle da inflação, que passou a apresentar índices anuais considerados civilizados. Com o passar dos anos ficou flagrante a herança de descontrole das finanças públicas no âmbito das três esferas de Governo. As dificuldades e dívidas originadas no passado faziam com que a prática de deixar para o exercício financeiro seguinte a quitação de parte das despesas efetuadas no exercício anterior continuasse prevalecendo, fazendo com que governos já iniciassem o ano com déficit financeiro, se valendo de ferramentas desastrosas como contingenciamentos infundáveis, e por fim precatórios.

Esse desequilíbrio financeiro, na época denominada Irresponsabilidade Financeira, deu origem à concepção da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi criada para corrigir os problemas advindos do déficit público crônico, estabelecendo regras que levaram a um maior controle sobre a gestão pública.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu inúmeras alterações e obrigações no modo de

administração do poder público, assim como expandiu o papel de fiscalização do Tribunal de Contas da União. No primeiro momento, a administração pública enfrentou problemas operacionais para se ajustar aos novos parâmetros, pois exigia maior rigor na execução orçamentária e financeira, além da gestão fiscal e dívida pública. Dentre essas alterações, o primeiro passo foi a renegociação da dívida dos estados e das prefeituras, tornando-se necessária a criação de um novo padrão de comportamento fiscal desses governos (e da União) de modo a evitar novos deslizamentos financeiros e nova necessidade de socorro por parte pela União.

A LRF procura instituir um regime fiscal estável através da imposição de restrições à ação do administrador público, isto é feito em duas fases, a primeira visando o orçamento anual do Ente Público e a segunda procurando reduzir os estoques de dívida:

1ª - Combater o déficit, limitando as despesas de pessoal, dificultando a geração de novas despesas, impondo ajustes de compensação para a renúncia de receitas e exigindo mais condições para repasses entre governos e destes para instituições privadas;

2ª - Procurar reduzir o nível da dívida pública e restringir o processo de novos endividamentos através da busca e obtenção do superávit primário, ou seja, que o resultado ao final do exercício, descontados os juros pagos com o serviço da dívida, seja positivo. Desta forma, estarão sendo criadas as condições para que além do pagamento regular das dívidas, haja possibilidade de se amortizar, com o produto do resultado primário, o principal da dívida e com isto reduzir a conta dos juros no futuro.

A Lei de Responsabilidade Fiscal parte do princípio de que o governante não deve e não pode gastar mais do que arrecada. Essa afirmação é verdadeira, porém incompleta, já que

arrecadação é somente uma das fontes de receita dos Entes Públicos. Existem várias outras receitas, incluindo as receitas de transferência da União, no caso dos Estados, e transferências da União e dos Estados, no caso dos municípios. Sendo assim, refazendo a afirmativa anterior, o governante não deve e não pode gastar mais do que recebe. Essa afirmativa, por mais simples que pareça, ainda cabe explicar que o termo “gastar” refere-se a todas as despesas, pagas ou não. O mesmo ocorre com as receitas, já que são sempre as efetivamente recebidas. Esse equilíbrio permanente nas finanças públicas, aliado à responsabilidade fiscal e à transparência da gestão de recursos públicos formam os pilares da Administração Pública Responsável. O fortalecimento da necessidade de equilíbrio nas contas públicas foi possível a partir da cobrança da sociedade por uma maior qualidade na gestão dos créditos e recursos públicos, tanto orçamentária quanto financeira.

O principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o caput do art. 1º, consiste em estabelecer "normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal".

Por sua vez, o parágrafo primeiro desse mesmo artigo procura definir o que se entende como "responsabilidade na gestão fiscal", estabelecendo os seguintes postulados:

- **Ação Planejada e Transparente** - consiste em ações voltadas para a satisfação de um programa definido por ações ou projetos que tenham sempre começo, meio e fim.
- **Prevenção de Riscos e Correção de Desvios que Afetem o Equilíbrio das Contas Públicas** - um dos aspectos mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal é justamente o acompanhamento das ações, projetos ou atividades dos administradores públicos pelos controles internos e externos, a cargo de funcionários dos próprios órgãos e Tribunais de Contas, respectivamente.

- **Garantia de Equilíbrio nas Contas Públicas** - cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar;
- **Transparência** - Diversos pontos da LRF enfatizam a ação planejada e transparente na administração Pública.

Vale destacar que alguns dos instrumentos preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público são os mesmos já adotados na Constituição Federal, que somente reforça, cada vez mais, o papel das atividades de planejamento e de execução.

2.1.1 – O CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

O Controle da dívida pública é o principal problema enfrentado pelo País nos últimos tempos, esse controle foi o maior motivo para a criação de leis como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A partir da análise do Capítulo VII da LRF, que trata da dívida e do endividamento público, sabe-se que, nos termos da Resolução nº 40 e da Resolução nº 43 aprovada pelo Senado Federal, foram definidos limites para a dívida pública de todos os Entes Públicos. Para isso, é válido observar os ajustes feitos à Lei nº 4.320/64, pois os objetivos das duas são distintos.

A Lei nº 4320/64 estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. Por outro lado, a Constituição Federal deu à Lei nº 4.320/64 o status de Lei Complementar. Mas, existindo algum dispositivo conflitante entre as duas normas jurídicas, prevalece à vontade da Lei mais recente, ou seja, a LC 101, de maio de 2000.

Segundo Castro (2001):

"A LRF Integra o conjunto de medidas do Programa de Estabilidade Fiscal - PEF, apresentado à sociedade brasileira e tem como objetivo a drástica e veloz redução do déficit público e a estabilização do montante da dívida em relação ao produto interno bruto da economia"

Ainda de acordo com o mesmo autor, a Lei foi editada com o firme propósito de atender exigências advindas do FMI - Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e dos países que integram o G7.

Algumas alterações foram feitas:

- **Conceito de Dívida Fundada** - No Capítulo I da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001, em atendimento ao disposto no artigo 30, inciso I da LRF, são apresentadas as definições dos termos relacionados à dívida pública consolidada, dívida pública mobiliária, operações de crédito e empresa estatal dependente.
- **Reconhecimento da Dívida Pública** – De acordo com o parágrafo primeiro do art. 29 da LRF, a assunção, o reconhecimento e a confissão de dívidas pelo ente público são equiparadas as operações de crédito, devendo, ainda, observar os termos dos arts. 15 e 16, que condicionam os aumentos de despesa.
- **Operações de crédito** - Correspondem a compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

- **Dívida Consolidada Líquida** - Correspondem à dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, considerando-se ainda as obrigações a pagar que deverão ser deduzidas das disponibilidades financeiras.
- **Receita Corrente Líquida – RCL** - O Capítulo 1 apresenta o conceito mais importante na operacionalização da LRF, no que diz respeito ao atendimento dos limites legais: a Receita Corrente Líquida. Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, a RCL foi utilizada principalmente como parâmetro na verificação das despesas com pessoal, de acordo com o texto da Lei Complementar nº 82/95 e ainda nos termos da Lei Complementar nº 96/99 (Lei Camata I e II, respectivamente). De acordo com os dispositivos legais citados, o total das despesas com pessoal não poderia ultrapassar o percentual de 60% da RCL. A Lei Complementar nº 96/99 ampliou o conceito de despesas com pessoal, além de especificar os itens que deveriam compor o montante desses gastos.
- **Restos a Pagar** – Pelo disposto nenhuma despesa poderá ser contraída nos dois últimos quadrimestres do mandato de qualquer titular de Poder ou órgão, sem a disponibilidade de recursos para suprir tal necessidade.

2.1.2 - DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei nº 10.028/2000, que introduziu no sistema jurídico Brasileiro diversas figuras típicas penais, seja no Código Penal Brasileiro, seja no decreto-lei que trata dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos (201/76), trouxe grande preocupação para muitos agentes políticos, devido às implicações de caráter penal que poderiam envolver Chefes do Executivo Municipal, deixando de considerar que a Lei criminalizava condutas passíveis de

serem praticadas, também por outros Administradores Públicos. Em relação ao Código Penal, foi instituído todo um novo Capítulo em sua última revisão - Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública, Capítulo IV - Crimes contra as Finanças Públicas. No Decreto-Lei 201/76, foram acrescentadas oito novas condutas ao artigo que previa o crime de responsabilidade dos Prefeitos (art. 1º).

A legislação referida é decorrência direta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Emenda Constitucional nº 19/98 fixou o prazo de três a seis meses para o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar, referido no artigo 163 da Constituição Federal, o que foi cumprido dentro do limite estabelecido, dando origem a LRF.

A principal finalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal é proibir os entes da Federação de gastarem mais do que arrecadam, estabelecendo, para tanto, limites e condições para o endividamento público.

São Quatro os eixos que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF apóia-se:

- **Planejamento:** melhoria nas condições de criação de novas informações, metas, limites e condições para a renúncia e para a geração de despesas, inclusive com pessoal e de seguridade, para a assunção de dívidas, para a realização de operações de crédito, e para a concessão de garantias.
- **Transparência:** concretizada com a divulgação ampla dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, que permitem identificar receitas, despesas, limites e indicadores;
- **Controle:** criação de processos que zelem pela maior transparência e pela melhor qualidade das informações, exigindo uma ação fiscalizadora e mais contínua dos Tribunais de Contas;

- **Responsabilidade:** consciência de causa e efeito. Em outras palavras é a aplicação de sanções a serem impostas sempre que ocorrer o descumprimento das regras. A suspensão das transferências voluntárias, das garantias e da permissão para a contratação são exemplos dessas sanções.

O Art. 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que infrações às suas disposições serão punidas de acordo com Código Penal, as Leis 1.079/50 (Lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo e julgamento), o Decreto-lei 201/97 (Lei de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores) e demais normas pertinentes. Para prevenir, punir e tutelar o bem jurídico Finanças Públicas, inclusive penalmente, surgiu a Lei 10.028/00 (Lei dos Crimes de responsabilidade fiscal - LCRF), que entrou em vigor no dia 20.10.2000.

2.1.3 – LIMITES DA LRF

Na LRF, há limites de gastos com pessoal, como percentual das receitas, para os três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para a União, os limites máximos para gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida) são assim distribuídos:

- 2,5% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;
- 6% para o Judiciário;
- 0,6% para o Ministério Público da União;
- 3 % para custeio de despesas do Distrito Federal e de ex-territórios;
- 37,9% para o Poder Executivo

Nos Estados, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:

- 3% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;
- 6% para o Poder Judiciário;
- 2% para o Ministério Público;
- 49% para as demais despesas de pessoal do Executivo.

Nos Municípios, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:

- 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;
- 54% para o Executivo

Antes da LRF, os limites para despesa de pessoal estavam previstos na Lei Complementar nº 96 de 31 de maio de 1999, denominada Lei Rita Camata II, aprovada pelo Congresso Nacional. Ocorre que o Poder Legislativo e o Judiciário ficavam fora do alcance dessa lei. Agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso mudou e os limites são aplicados a todos os Poderes e às três esferas de governo.

Se o governante verificar que ultrapassou o limite para despesa de pessoal, deverá tomar providências para se enquadrar, no prazo de oito meses. Mas, se depois disso, continuarem a existir excessos, ele sofrerá penalidades.

Pela LRF ainda, são definidos mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em anos de eleição.

Na questão da Dívida Pública o Senado Federal estabelecerá limites para a dívida pública, por proposta do Presidente da República. Tais limites serão definidos também como percentuais das receitas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Isto significa que os governantes deverão respeitar a relação entre a dívida e sua capacidade de pagamento. Ou seja, o governante não poderá aumentar a dívida para o pagamento de despesas do dia-a-dia.

Lembrando sempre que: se o governante verificar que ultrapassou os limites de endividamento, deverá tomar providências para se enquadrar, dentro do prazo de doze meses, reduzindo o excesso em pelo menos 25%, nos primeiros quatro meses. Mas, se depois disso, continuarem a existir excessos, a administração pública ficará impedida de contratar novas operações de crédito.

No que se entende na questão de metas fiscais, a LRF determina o estabelecimento de metas fiscais trienais. Isso permite que o governante consiga planejar as receitas e as despesas, podendo corrigir os problemas que possam surgir no meio do caminho. É como conduzir um barco: quando tem um rumo é possível planejar rotas e manobras necessárias para se chegar até o destino, mesmo que algumas sejam difíceis e tenham que ser corrigidas ao longo do caminho.

Além disso, com as metas fiscais, fica mais fácil a prestação de contas à sociedade, porque se sabe o que está sendo feito e como está sendo feito para se atingir um objetivo – com isso a sociedade pode manifestar suas opiniões e colaborar para melhorar a administração pública.

No ano que estiver programada eleição, a lei impõe restrições adicionais para controle das contas públicas, com destaque para o seguinte:

- Fica impedida a contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO);
- É vedado ao governante contrair despesa que não possa ser paga no mesmo ano. A despesa só pode ser transferida para o ano seguinte se houver disponibilidade de caixa; e
- É vedada qualquer ação que provoque aumento da despesa de pessoal nos Poderes Legislativo e Executivo nos 180 dias anteriores ao final da legislatura ou mandato dos chefes do Poder Executivo.

Na medida em que os administradores de recursos públicos respeitem a LRF, agindo com responsabilidade, o contribuinte deixa de pagar a conta, seja por meio do aumento de impostos, redução nos investimentos ou cortes nos programas que atendam à sociedade.

2.1.4 - PENALIDADES

O governante que não cumprir a LRF, que inclusive apresenta prazos, alternativas e caminhos para que suas regras possam ser cumpridas, vai estar sujeito a penalidades, também chamadas de sanções.

Há dois tipos de sanções:

- Sanções pessoais - são as previstas na Lei Ordinárias que tratam de crimes de Responsabilidade Fiscal. Os governantes poderão ser responsabilizados pessoalmente e punidos com perda de cargo, proibição de exercerem empregos públicos, pagamento de multas, e estarão passivos de prisão;
- Sanções institucionais - são os previstos no bojo da própria Lei. Para o governante que: não efetuar previsão, arrecadação e cobrança de tributos de sua competência, serão suspensas as transferências voluntárias, recurso de União ou

dos Estados que são transferidos (convênios); exceder noventa e cinco por cento do limite máximo de gastos com pessoal, sofrerá suspensão da concessão de novas vantagens aos servidores, a criação de cargos novas admissões e concessão de horas extras, a contratação de operações de crédito e a obtenção de garantias da União.

Como exemplos de sanções institucionais temos:

- Ao governante que não prever, arrecadar e cobrar tributos (impostos, taxas e contribuições) que sejam de sua competência, serão suspensas as transferências voluntárias, que são recursos geralmente da União ou dos Estados, transferidos, por exemplo, através de convênios, que permitirão a construção de casas populares, escolas, obras de saneamento e outros;
- A quem exceder 95% do limite máximo de gastos com pessoal, também chamado de limite prudencial, fica suspensa a concessão de novas vantagens aos servidores, a criação de cargos, as novas admissões e a contratação de horas extras. Uma vez ultrapassado o limite máximo ficam também suspensas a contratação de operações de crédito e a obtenção de garantias da União; e
- Quem desrespeitar os limites para a dívida, depois de vencido o prazo de retorno ao limite máximo e enquanto perdurar o excesso, não receberá recursos da União ou do Estado, através de transferências voluntárias.

Com isso, a Lei reforça os alicerces do desenvolvimento econômico sustentado, sem inflação para financiar o descontrole de gastos do setor público, sem endividamento excessivo e sem a criação de artifícios para cobrir os buracos de uma má gestão fiscal.

2.2 RISCO DE CRÉDITO

Risco é possibilidade de evento incerto, mas previsível, que ameaça de dano ou de benefício a pessoa ou a coisa.

“Na linguagem bancária risco é o que decorre do negócio entre banqueiros ou entre o banco e os correntistas”.

<<http://www.creditoerisco.com.br/risco.html>>. Acesso em 01 set. 2011.

O risco é algo que está presente o tempo todo em nossas vidas, seja pessoal ou profissional, independente de níveis sociais ou ramos de atividades empresariais. Todos que operam com crédito têm como objetivo rentabilizar o capital empregado, ou seja, capta recursos com quem o tem excedente e empresta a quem tem necessita de recursos.

SCHRICKEL (1995, p. 35) diz que: "Embora a análise de crédito deva lidar com eventos passados do tomador de empréstimos, as decisões de crédito devem considerar o futuro desse mesmo tomador. O risco situa-se no futuro; no passado, encontra-se apenas história".

Já SILVA (1997, p. 75) diz que: "O risco existe quando o tomador de decisões pode basear-se em probabilidades objetivas para estimar diferentes resultados, de modo que sua expectativa se baseia em dados históricos e, portanto, a decisão é tomada a partir de estimativas julgadas aceitáveis pelo tomador de decisões".

Cada vez que o banco concede um empréstimo ou um financiamento está assumindo o risco de não receber, ou seja, o cliente pode não cumprir a promessa de pagamento, talvez devido ao seu caráter, a sua capacidade de gerir negócio ou a fatores externos adversos (inadimplência de seus clientes, instabilidade na economia, etc.). A boa qualidade de carteira de crédito do banco é, seguramente, um fator de segurança para seus acionistas e para seus depositantes.

Segundo SCHRICKEL (1995, p. 45): "O negócio de um banco implica assumir riscos de banqueiro e jamais riscos de empresário. Tendo como vocação e função, um banco comercial almeja financiar o empresário, e não necessariamente tornar-se seu sócio, ainda mais sem receber ações ou quotas pela "associação", isto é, sem participar no capital da empresa".

Sem dúvida, o maior risco numa operação de crédito é o total desconhecimento sobre quem seja o tomador ou sobre o que a operação deseja efetuar.

2.2.1 RISCO PAÍS E RISCO DE TRANSFERÊNCIA

O risco país é associado aos ambientes econômico, social e político do país do tomador, ou seja, é mais visível nos empréstimos aos governos estrangeiros já que tais operações são tipicamente não-garantidas. Esse índice mede o grau de "perigo" que um país representa para o investidor estrangeiro.

Este indicador se concentra nos países emergentes. Na América Latina, os índices mais significativos são aqueles relativos às maiores economias da região: Brasil, México e Argentina.

O risco país é calculado por agências de classificação de risco e bancos de investimentos, sendo que para se obter essa taxa, são analisados os rendimentos dos instrumentos da dívida de um determinado país, principalmente a taxa de juros com o qual o país pretende remunerar os aplicadores em bônus.

De acordo do o Banco Central < <http://www.bbc.com.br/economia/riscopais/>> . Acesso em: 13 março 2002.

"O risco país é a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, país considerado o mais solvente do mundo, ou seja, o de menor risco para um aplicador não receber o dinheiro investido acrescido dos juros prometidos. São avaliados para obtenção da sobretaxa, principalmente, aspectos como o nível do déficit fiscal, as turbulências políticas, o crescimento da economia e a relação entre arrecadação e a dívida de um país". (www.bbc.com.br/portuguese/economia/riscopais, 13.03.2002, 18:40)

O risco país indica ao investidor que o preço de se arriscar a fazer negócios em um determinado país é mais ou menos elevado, isto é, quanto maior for o risco, menor será a capacidade do país de atrair investimentos estrangeiros.

O risco de transferência ocorre quando as obrigações do tomador não são expressas em moeda local, sendo que no momento em que o tomador de empréstimos/financiamentos for saldar suas obrigações pode ocorrer de não ter moeda disponível, independente de sua condição financeira particular.

2.2.2 RISCO DE MERCADO

São riscos em que os bancos enfrentam em decorrência de movimentos nos preços de mercado, tais como de câmbio ou de commodities (produtos agrícolas ou minerais negociados em bolsa de valores, tais como café, algodão, soja, cobre petróleo). Ocorre quando os bancos assumem cotação de moedas junto aos clientes e ao assumirem uma posição de cotação estão assumindo um risco, face as oscilações no mercado, principalmente em períodos de instabilidade das taxas de câmbio.

2.2.3 RISCO DE TAXA DE JUROS

O risco da taxa de juros se refere à exposição da situação financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros (oscilações) taxas fixas e flutuantes.

Embora normais na atividade bancária, os riscos de taxas de juros, quando excessivos, podem representar uma significativa ameaça para os resultados e para a estrutura de capital de um banco.

2.2.4 RISCO DE LIQUIDEZ

Conforme descrito no COMITÊ DA BASILÉIA (1997, p. 18):

"O risco de liquidez em um banco decorre da sua incapacidade de promover reduções em seu passivo ou financiar acréscimos em seus ativos. Quando um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de um aumento de seus exigíveis, seja pela pronta conversão de ativos, a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade. Em casos extremos, liquidez insuficiente pode acarretar a insolvência de um banco".

O Risco de Liquidez, para credores de Entes Públicos, se potencializa devido a, normalmente, Estados e Municípios não “trabalharem” com sobras de caixa e deterem ativos prontos para conversão em valores, além da possibilidade da conversão da dívida em precatórios. As previsões de arrecadação, apesar de serem prováveis e factíveis, podem ser frustradas ou por fatos sistêmicos que afetem os contribuintes em geral, como caso de catástrofes naturais, como nos casos mais pontuais de municípios que possuem grande parte de sua arrecadação proveniente de uma só empresa. Caso essa empresa decida dar férias

coletivas, por exemplo, esse período de frustração de arrecadação poderá ter consequência no pagamento de obrigações do município.

Não ter liquidez suficiente é uma ameaça à operação normal dos negócios, ao passo que o inverso é uma indicação de decisões de investimento subótimas. O risco de liquidez é o risco financeiro de uma possível perda de liquidez, podendo ser de dois tipos [Jorion (1998)]:

- de mercado/produto – é o risco de que uma instituição não seja capaz de executar uma transação ao preço de mercado atual em função de insuficiência de atividade no mercado, podendo ser gerenciado por meio do estabelecimento de limites em determinados mercados ou produtos;
- de fluxo de caixa/obtenção de recursos – diz respeito à incapacidade em cumprir com alguma obrigação, forçando a liquidação de ativos em condições desfavoráveis, e é afetado por diversos fatores (como maturidade dos passivos, fontes e condições do financiamento), podendo ser gerenciado por meio do planejamento adequado das necessidades (com a limitação dos intervalos entre os fluxos de caixa).

O risco de liquidez tende a potencializar outros tipos de risco, como os de crédito e de mercado, mas o inverso também pode ocorrer (o risco de crédito, por exemplo, pode gerar problemas de caixa). A manutenção de ativos ilíquidos no portfólio é função da sua rentabilidade esperada no longo prazo. Porém, para os propósitos de alocação de ativos, é crítico que as classes de ativos ilíquidos sejam comparáveis às de ativos líquidos. Budhreja e Figueiredo Jr. (2005) procuram estimar os verdadeiros riscos e os benefícios de diversificação que as classes de ativos ilíquidos proporcionam.

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2310.pdf> - Acesso em 28/12/2011.

2.2.5 RISCO OPERACIONAL

As modalidades mais relevantes de risco operacional envolvem uma perda parcial do domínio corporativo e dos controles internos. Isso ocorre quando os responsáveis pela Instituição nos diversos setores (concessão de crédito, componentes administrativos, etc.) se valem de suas atribuições para conduzirem transações arriscadas ou mesmo proibidas pela Instituição. Tais situações podem acarretar perdas financeiras para a Instituição.

2.2.6 RISCO LEGAL

Os bancos estão sujeitos a várias formas de risco legal, sendo uma delas o risco de desvalorização de ativos ou de valorização de passivos em intensidades inesperadamente altas por conta de pareceres ou documentos legais inadequados ou incorretos.

Quando uma Instituição Financeira adota um novo tipo de transação e quando o direito legal de uma contraparte na negociação não está estabelecido são fatores que levam os bancos a suscetíveis riscos.

2.2.7 RISCO DE REPUTAÇÃO

"Os riscos de reputação se originam, entre outras causas, de falhas operacionais e de deficiências no cumprimento de leis e de regulamentos relevantes. Riscos de reputação são particularmente danosos para bancos, já que a natureza de seus negócios requer a manutenção da confiança de depositantes, de credores e do mercado em geral". (*COMITÊ DA BASILÉIA*, 1997, p. 19)

2.3 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Rating é escala que pontua a probabilidade de inadimplência e insolvência de uma empresa, ou seja, reflete o quanto é factível de uma determinada empresa incorrer em pelo menos um desses eventos, em um determinado horizonte de tempo.

O setor bancário ficou marcado na década de 90 pela fragilidade dos processos de decisão de crédito, devido as mudanças no ambiente econômico, promovidas por vários acontecimentos, tais como a globalização, a sofisticação do mercado de capitais, as inovações no campo da tecnologia de informação e vários outros que de tão intensas alteraram significativamente o ambiente empresarial e o comportamento das empresas.

SERASA < <http://www.serasa.com.br/revista>>. Acesso em 07 dez. 2011

"Diante deste cenário, vários países, orientados pelas recomendações do Bank for International Settlements (BIS), iniciaram o processo de reformulação de suas regulamentações relativas à atividade bancária, tendo como tônica a prudência (regulação prudencial) e os processos (controles internos) com o objetivo de aperfeiçoar e fortalecer a atividade bancária, particularmente a do processo de gestão do risco de crédito (principal atividade de um banco), e como principais pontos os critérios para provisionamento de perdas dos créditos concedidos”.

A mensuração da expectativa é uma medida que reflete a probabilidade do evento de inadimplência ocorrer, atribuída de forma estatística ou julgamental. Varia de zero a 100% e pode ser convertida em uma classificação denominada "rating", onde no modelo BACEN é representado por caracteres alfabéticos (indo de AAA até H) ou alfanuméricos, conforme modelos de “rating” utilizados pelas agências.

O rating informa a probabilidade de uma empresa não saldar o crédito obtido dentro do prazo esperado, isto é, a probabilidade de tornar-se inadimplente.

É através da Resolução 2682/99 de 21 de dezembro de 1999 que o Banco Central do Brasil dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O processo de provisionamento tem início com a mensuração da expectativa de um determinado cliente não liquidar o crédito no prazo esperado, passando, assim, a ser denominado inadimplente.

Conforme disposto na resolução 2682/99 determina que as Instituições Financeiras devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de risco, nos níveis: AA; A; B; C; D; E; F; G; H.

Essa classificação do nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser elaborada com critérios consistentes e que possam ser verificáveis, sendo que essa classificação deve ser amparada por informações internas e externas contemplando. No que se refere ao devedor e seus garantidores, deve-se observar:

- situação econômico-financeira;
- grau de endividamento;
- capacidade de geração de resultados;
- fluxo de caixa;
- administração e qualidade de controles;
- pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- contingências;
- limite de crédito;

No que se refere a operação deve-se observar:

- natureza e finalidade da transação;
- características das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez;
- valor.

O artigo 3 da Resolução 2682/99 define que: a classificação da operação nos níveis de risco deve ser revista, no mínimo mensalmente, por ocasião das informações dos balancetes e balanços; em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, observando o que segue:

- atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
- atraso superior a 180 dias: risco nível H.

Já a provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser realizada mensalmente, não podendo ser inferior ao total da aplicação dos percentuais, conforme demonstrado no artigo 6 da resolução 2682/97 abaixo :

- 0,5% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- 1% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- 3% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- 10% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;

- 30% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- 50% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- 70% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
- 100% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H".

A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, devendo permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os meios para recuperação do crédito.

O percentual de provisionamento reflete a expectativa de perda da operação (risco operação), que tem como ponto de partida a mensuração do risco empresa. O Banco Central apenas criou as classes de risco e definiu o percentual de provisionamento para cada uma delas. No entanto, a mensuração do risco empresa (o ponto de partida) fica a cargo de cada Instituição, utilizando modelos desenvolvidos internamente (modelos próprios) ou modelos de mercado.

2.3.1 RATING

O autor SCHRICKEL (1995, p. 153) diz que: "Risco Rating é um conceito gerencial adotado pelas Instituições Financeiras e organismos internacionais, pelo qual a qualidade de crédito de cada cliente, com linhas/limites de crédito aprovados, é classificada consoante certas definições objetivas e subjetivas".

O capítulo "Rating" é merecedor de uma abordagem mais aprofundada, dado sua importância e relevância. Na verdade, quando falamos em rating, estamos falando do resultado final de uma análise de risco de crédito, ou seja, aquelas letras, acompanhadas de sinais aritméticos, representando o resultado de todo o esforço de pesquisa do analista. O próprio SCHRICKEL, Wolfgang Kurt, atribui "rating" como sinônimo de Classificação de Risco.

Quando SCHRICKEL cita "...qualidade de crédito de cada cliente com **linhas/limites de crédito aprovados** é classificada..." a afirmativa em negrito pode criar a ideia que as linhas/limite de crédito já estejam aprovados. Ora, o rating guarda uma relação de causa e consequência intrínseca, onde profissionais entendem que limites de crédito só poderiam ser aprovados com a existência prévia de rating positivo. Outros entendem que o rating é uma nota que ajuda na tomada de decisão, mas não pode ter o poder de decisão da concessão ou não de créditos. Caso contrário, empresas em início operacional, sem informações contábeis e financeiras, não teria limites/linhas de crédito.

Na minha opinião, a própria preparação de uma análise de risco de crédito que irá gerar um "rating", já representa a existência de uma linha de crédito ou produto de crédito que atenda àquele cliente, considerando que a primeira fase de aprovação já tenha sido superada, mesmo que não seja em última instância. Logo, concordo com a afirmativa do autor.

Definições da web

Segue, abaixo, os resultados mais relevantes e dentro do contexto sobre consulta no site do Google, efetuada em 27/12/2011, com as palavras “definição de rating”.

- a) “Rating (ou nota de risco, classificação de risco, avaliação de risco, notação de risco ou notação financeira de risco) são notas representadas sob letras e sinais aritméticos, dadas a um país, pessoa ou empresa, por agências de classificação de risco, sobre a possibilidade de esse país saldar suas dívidas.” pt.wikipedia.org/wiki/Rating
- b) “Análise efetuada sobre os títulos emitidos por uma empresa/governo, que avalia a qualidade de crédito do emissor. As mais conhecidas empresas internacionais que efetuam estas análises são: Standard&Poor's, Moody's, Duff&Phelps e Fitch Investors Services.” economia.uol.com.br/glossario/index-r.jhtm
- c) “Classificação de uma operação financeira realizada por uma empresa do ponto de vista do risco. Numa obrigação, por exemplo, mede o risco de não pagamento dos juros ou da dívida emitida.” www.saldopositivo.cgd.pt/glossario/
- d) “Avaliação que expressa principalmente o risco oferecido por fundos de investimento, empresas ou países. Ele é expresso em uma espécie de nota calculada por diversas agências especializadas. O rating serve de referência aos investidores na hora de decidir onde aplicar seus recursos.” www.portalbrasil.net/economia_glossario.htm
- e) “Expressão em inglês que designa as agências que se dedicam à classificação de risco de um banco, de um país ou de um ativo.” ri.oi.com.br/oi/web/conteudo_pt.asp
- f) “Classificação de uma empresa ou instituição de acordo com o risco. A avaliação pode incidir genericamente sobre a empresa/instituição, tendo em conta a sua situação econômico-financeira e perspectivas de lucros, ou, especificamente, sobre o seu risco de

crédito, considerando a capacidade de cumprimento do serviço das dívidas.”
economia.publico.pt/Glossario/List/R

- g) “Ato de avaliar um risco. No ramo Vida existe uma classificação numérica baseada na avaliação da mortalidade de um proponente de seguro, mediante a adição dos excessos e subtração das submortalidades.” www.grupoativacao.com.br/site2/index.php
- h) É o ranking de um jogador, baseado nos seus jogos anteriores. Por favor, note que este serve apenas de guia e é passível de ser manipulado. Qualquer jogador que seja apanhado a fazê-lo deliberadamente verá a sua conta encerrada.

backgammon.ladbrokes.com/pt/backgammon-glossary
- i) Índice de audiência. glossario.horusstrategy.com.br/
- j) “Consiste em uma sistemática de classificação de riscos, abordando questões objetivas e subjetivas acerca de um cliente.” brasillogistic.blogspot.com/2010/11/glossario-descomplicado.htm
- k) “O rating é uma opinião sobre a capacidade e vontade de uma entidade vir a cumprir de forma atempada e na íntegra determinadas responsabilidades.” CPR – Companhia Portuguesa de Rating S/A. – ‘<http://www.cprating.pt/7.0destaque/7.1oquee.asp>
- l) Rating é uma opinião, abalizada em testes técnicos e no histórico da pessoa analisada (física ou jurídica), sobre sua capacidade de geração e retenção de bens e sobre sua faculdade de dispor desses bens para cumprimento, no prazo e no valor acordado, de uma obrigação contraída. – Definição do autor.

3 – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCO - MODELO RESTRITO

3.1 FUNDAMENTAÇÃO

O modelo que iremos apresentar, denominado Modelo Restrito, contempla quatro tipos de análise: Sinalizadores, Quantitativa, Qualitativa e Cadastral.

Os sinalizadores funcionam como um “compliance” às obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Importante destacar que o modelo irá comparar as bases de cálculo desses limites com os números de balanço. Caso encontradas divergências contábeis ou informações divergentes nos anexos da LRF, conservadoramente, serão considerados os que mais onerarem o Município.

A Análise Quantitativa, apesar desse modelo ser apresentado como “modelo restrito”, possui grande rigor técnico e base fundamentada nas premissas preconizadas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal rigor importa em um grau de acurácia presumivelmente maior do que o requisitado pelo Tesouro Nacional, devido à existência de exigências que vão além das previstas na LRF.

A Análise Qualitativa trata-se de uma confirmação dos dados utilizados na Análise Quantitativa, onde valores e saldos apresentados em algumas demonstrações contábeis são confrontados com informações apresentadas nos anexos da LRF. Essa análise abrange também a disponibilidade tempestiva das informações obrigatórias no site do Município (portal da transparência), análise criteriosa dos Relatórios dos Tribunais de Contas, principalmente, quanto aos pareceres emitidos e levantamento de ações de inconstitucionalidade movidas contra o município.

Por fim, a Análise Cadastral do Ente, que é a verificação de seu histórico de crédito.

Pela simplicidade de nossa análise, a verificação cadastral será efetuada apenas pelo levantamento, através da *Internet*, de inadimplementos e fraudes comprovadas, incluindo atrasos de salários que geraram greves constantes e utilização demasiada de precatórios (considerado título de calote no mercado). Quando a classificação de risco é elaborada para fins de concessão de crédito, essa análise poderá ser feita por intermédio de empresas de análise de cadastro, porém qualquer cidadão comum pode ter acesso aos títulos protestados de Estados e Municípios através de sites gratuitos de pesquisa.

3.2 SÍNTESE DO MODELO

De forma resumida, o modelo de análise Restrito pode ser demonstrado por meio do seguinte esquema:

| Variável Analítica | Observações |
|---|--|
| Sinalizadores | São quatro indicadores de limite, previstos na LRF. O não atendimento impõe restrições que vão desde a diminuição do Rating Final até o cancelamento da elaboração da análise. |
| (=) Resultado | Considerada etapa Prévia de Análise, seu resultado limita o Rating final a ser atribuído ao Município. |
| Análise Quantitativa | Análise retrospectiva de 4 exercícios, atribuindo pesos iguais a cada um dos anos e utilizando 7 indicadores ponderados por relevância. |
| (=)Nota Equivalente ao Risco (0 a 100) | Resultado adquirido através de pontuação dada a cada um dos indicadores |
| Análise Qualitativa | Testes da acurácia dos dados obtidos, disponibilidade de dados nos sites oficiais, disponibilidade de dados no site do Ente, Parecer do Tribunal de Contas e Ações de Inconstitucionalidade. |
| (=)Nova Nota de Risco | Resultado Quantitativo reduzido de 5 ou 10%, conforme o resultado qualitativo. |
| Efeito Cadastral: Bom, Regular ou Ruim | Histórico de inadimplemento atual e passado, do Ente Público ou de seus administradores, com redução da nota em 10% para o conceito ruim e 5% para o conceito regular. |
| (=)Classificação Proposta | Somente notas de 50 a 100, distribuídas nos 16 ratings previstos pelo Bacen, indo de B- até AAA. |

O quadro acima permite observar a simplicidade do modelo, que atribui a classificação de risco com base na Análise Quantitativa, ajustando esse resultado no qualitativo, caso haja dúvidas quanto à veracidade das informações, uma vez que a ausência de dados confiáveis o resultado quantitativo torna-se menos factível. Os efeitos dos sinalizadores e da análise cadastral evitam que um Ente já em situação de risco. Finalmente, Entes com notas inferiores a 50 pontos seriam considerados de alto risco.

3.3. SINALIZADORES

A Classificação de Risco deverá ser ajustada nos casos de constatação de insuficiência de desempenho do Ente, representadas pelos indicadores dispostos na tabela a seguir:

| Nº | Indicadores de Sinalização | Parâmetro Previsto na LRF | Nº de Sinalizações |
|----|--|---------------------------|--------------------|
| 1 | Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida | 54% | 2 |
| 2 | Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida | 11,5% | 2 |
| 3 | Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida | 120% | 2 |
| 4 | Resultado Primário/Serviço da dívida | > 1 | 1 |

Esse conjunto de indicadores contempla os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e possuem importância relevante no nosso modelo de análise, sendo sua principal função identificar aqueles Municípios que eventualmente ou costumeiramente descumprem a LRF. Vale ressaltar que, conforme previsto na legislação, o descumprimento desse limites impõe sanções que vão desde a aplicação de prazo para adequação situacional até o impedimento de contratação de operações de crédito.

A coluna “Nº de sinalizações” informa a ponderação conforme a gravidade que atribuímos ao descumprimento, motivo pelo qual o indicador #4 recebeu peso menor do que os demais indicadores.

3.3.1. EXPLICAÇÃO DOS SINALIZADORES

| | |
|-----------|-----------------------------------|
| 01 | Desp. Pessoal do Executivo |
| | Receita Corrente Líquida |

Despesa de Pessoal do poder Executivo

Representa o quanto o Município teve de despesa de pessoal empenhada no exercício, somente para os servidores ativos e inativos registrados no Poder Executivo.

O anexo I da RGF Relatório de Gestão fiscal (LRF) estipula que essa despesa não poderá ser superior a 54% da Receita Corrente Líquida. Cabe salientar que as despesas de pessoal do Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) também possuem limites estabelecidos e sua demonstração também está disponível no site do Tesouro nacional. Contabilmente, a soma das despesas declaradas nos dois demonstrativos (executivo e legislativo) deve ser confrontada com o total de Despesa de Pessoal apresentado no balanço, cabendo frisar que, em hipótese alguma, esses valores de balanço serão menores do que a soma dos RGF Executivo e Legislativo.

Receita Corrente Líquida - RCL

Em âmbito Municipal, RCL é o somatório de todas as receitas correntes, expurgadas as receitas destinadas ao regime próprio de previdência, que são as Receitas de Contribuição dos Servidores, retidas na folha de pagamento e que em função de um processo de consolidação contábil, transita dentro das receitas dos Municípios. Além disso, serão deduzidas as transferências efetuadas pelo Município para o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Contabilmente, em valores aproximados, o cálculo da RCL seria:

Base: QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS – Balanço Patrimonial e Orçamentário de 2010

| CONTA | DESCRIÇÃO |
|--------------------|--|
| + 1.0.00.00.00 | Receitas Correntes |
| (-) 1.2.10.29.00 | Contribuição para o Regime próprio do Servidor |
| (-) 9.0.0.00.00.00 | Deduções da receita Corrente |
| N.A. | Compensação entre Regimes Previdenciários |
| = | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA |

Citamos que o cálculo será aproximado devido ao valor de compensação entre os regimes previdenciários ser contabilizado na conta de outras receitas, dentro do grupo 1.9.00.00.00 – Outras Receitas correntes, não sendo possível determinar o exato valor desta receita. Cabe ressaltar que esse valor refere-se às contribuições efetuadas pelos servidores à Previdência Oficial (ao INSS), em empregos anteriores em empresas regidas pela CLT. Na aposentadoria do Servidor o Fundo de Previdência do Município solicita essa contribuição junto ao Governo Federal.

Função do Indicador

Limitar em 60% (54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo) o percentual de Despesas de Pessoal do Município, no exercício.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| | |
|---------------------------------|--------------------------|
| 02 | Serviço da Dívida |
| Receita Corrente Líquida | |

Serviço da Dívida

Representa a soma das Despesas Correntes de Juros (3.2.00.00.00) com as Despesas de Capital de Amortização da Dívida (4.6.00.00.00), ou seja, as parcelas de financiamentos pagos pelo Ente no exercício.

Receita Corrente Líquida

Vide explicação na página anterior.

Função do Indicador

Limitar em 11,5% da RCL os gastos com juros e amortização de dívidas. A legislação entende que tão prejudicial quanto a contratação de um grande volume de Operações de Crédito, é a contratação de um pequeno volume em curtos prazos de pagamento.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| | |
|-----------|-----------------------------------|
| 03 | Dívida Consolidada Líquida |
| | Receita Corrente Líquida |

Dívida Consolidada Líquida

Também conhecida como DCL, basicamente, são as dívidas resultantes da captação de recursos por intermédio de contratos de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais, de contratos de prestação de serviços, do parcelamento de contribuições trabalhistas e dívidas de precatórios emitidos pelo Município. Desse montante deverá ser deduzido o saldo do Disponível, o que representa a situação líquida da Dívida.

Contabilmente, poderá calculado da seguinte maneira:

| CONTA | DESCRIÇÃO |
|----------------|-------------------------------------|
| + Passivo - 07 | Restos a Pagar Processados |
| + Passivo - 41 | Precatórios a Partir de 05/05/2000 |
| + Passivo - 46 | Obrigações Exigíveis a Longo Prazo |
| (-) Ativo - 03 | DISPONÍVEL |
| (-) Ativo - 14 | CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - Disponível |
| (-) Ativo - 19 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO |
| = | DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA |

Conservadoramente, o analista poderá fazer algumas variações nesse cálculo, como incluir os precatórios anteriores a 05/05/2000 ou incluir também os Restos a Pagar Não Processados. Como dica, essas variações podem servir de fator de comparação entre dois Municípios.

Receita Corrente Líquida

Vide explicação na página anterior.

Função do Indicador

A RLF estabeleceu o limite de 120% da RCL para os Municípios. Teoricamente, em cálculo pouco rebuscado, esse indicador está em linha com o indicador anterior, onde uma dívida contratada nesse limite de 120% da RCL (já com juros embutidos) não poderia ter prazo inferior a 10 anos. É uma forma de forçar a responsabilidade na contratação de Operações de Crédito e no parcelamento de dívidas anteriores.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| |
|---|
| 04 Resultado Primário <hr/> Serviço da Dívida |
|---|

Resultado Primário

São as Receitas primárias menos Despesas Primárias. A primeira, também chamada de Receita Fiscal Líquida, é a soma das Receitas correntes (líquidas das deduções) e de capital, excluídas a Receita Corrente Patrimonial de Aplicação Financeira e as Receitas de Capital de Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos Concedidos e Alienação de Ativos.

As Despesas Primárias ou Despesa Fiscal líquida são as Despesas Correntes e de Capital, excluídas as despesas de juros e encargos (corrente) e amortização da dívida pública(capital).

Contabilmente, esse cálculo (aproximado) poderá ser efetuado da seguinte maneira:

| CONTA | DESCRIÇÃO |
|--------------------|---|
| + 1.0.00.00.00 | Receitas Correntes |
| + 2.0.00.00.00 | Receitas de Capital |
| (-) 9.0.0.00.00.00 | Deduções da Receita Corrente |
| + 7.0.00.00.00 | Receitas Correntes Intra-Orçamentárias |
| (-) 1.3.20.00.00 | Receitas de Valores Mobiliários |
| (-) 2.1.00.00.00 | Operações de Crédito |
| (-) 2.2.00.00.00 | Alienação de Bens |
| (-) 2.3.00.00.00 | Amortização de Empréstimos |
| = | I - RECEITAS PRIMÁRIAS (utilização da coluna de despesas empenhadas) |
| + 3.0.00.00.00 | Despesas Correntes |
| + 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital |
| (-) 3.2.00.00.00 | Juros e Encargos da Dívida |
| (-) 4.6.00.00.00 | Amortização da Dívida |
| = | II - DESPESAS PRIMÁRIAS I - II = RESULTADO PRIMÁRIO |

Serviço da Dívida

Representa a soma das Despesas Correntes de Juros (3.2.00.00.00) com as Despesas de Capital de Amortização da Dívida (4.6.00.00.00), ou seja, as parcelas de financiamentos pagos pelo Ente no exercício.

Função do Indicador

Indica se os níveis de gastos orçamentários dos Entes são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. É considerado um índice polêmico, pois considera receitas de Operação de Crédito, mas não exclui Despesas de investimentos efetuados com essa Operação de Crédito, e também por não ser um índice cumulativo, pelo menos, acumulando pelos quatro anos de cada Governo. Esse indicador procura mensurar a real capacidade pagamento de dívida do Ente.

Resultado – Quanto maior, melhor.

3.4 ANÁLISE QUANTITATIVA

3.4.1. ESCOLHA DOS INDICADORES

Os indicadores quantitativos propostos, cujas fórmulas de cálculo estão descritas no Anexo 1 deste trabalho, com seus respectivos pesos, encontram-se resumidos na tabela abaixo:

| nº | Indicadores Quantitativos | Ponderação |
|----|---|-------------|
| 1 | Disponibilidade Líquida / Serviço da Dívida | 20% |
| 2 | Disp. Contábil - Disp. Calculado / Total Restos a Pagar | 20% |
| 3 | Despesa de Aposentadorias e Pensões / Despesa de Pessoal | 20% |
| 4 | Operação de Crédito / Investimentos+Inversões(-)Convênios | 10% |
| 5 | Total de Despesas pagas / Receitas Totais | 10% |
| 6 | Receitas próprias / Receita Total | 10% |
| 7 | Aportes ao RPPS / Despesas de aposentadoria e pensões | 10% |
| | Soma | 100% |

Esses indicadores foram escolhidos por sua resposta a perguntas inerentes à capacidade de pagamento dos Municípios e suas e possíveis pressões com despesas, principalmente Despesa de Pessoal. Além disso, não possuem qualquer interseção com os indicadores previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (sinalizadores) o que, caso o fosse, geraria duplicidade de penalização ou de benefício, dependendo da situação do Ente; além de que o modelo perderia a possibilidade de melhor abrangência da análise, com a utilização de outro indicador.

É possível criar centenas de indicadores, totalmente fundamentados, a partir dos dados de balanço e de LRF disponibilizados no site do Tesouro Nacional.

3.4.2. EXPLICAÇÃO DOS INDICADORES

| | |
|-----------|--------------------------------|
| 01 | Disponibilidade Líquida |
| | Serviço da Dívida |

Disponibilidade Líquida

Representa quanto realmente o Ente possui de caixa livre ao final do exercício. O Termo “Líquida” pressupõe que já foram descontados os passivos financeiros registrados no balanço, como Restos a pagar e Disponíveis Vinculados. Também é necessária a exclusão da disponibilidade pertencente ao Fundo de Previdência do Estado ou Município, já que esses recursos não poderão ser utilizados para outros fins que não o pagamento de aposentadorias e pensões. Cabe ressaltar que, apesar de não recorrentes, ocorrem casos de captação de recursos por parte do Ente Público, em forma de Operações de Crédito, não aplicadas totalmente dentro do período. Esses recursos ficam registrados dentro da conta de disponibilidade do Ente, porém vinculados a uma Despesa de Investimento. Caso seja detectado que o valor de investimentos do período tenha sido inferior às Receitas de Operação de Crédito, o excedente deverá ser excluído do disponível.

Serviço da Dívida

Representa a soma das Despesas Correntes de Juros com as Despesas de Capital de Amortização da Dívida, ou seja, as parcelas de financiamentos pagos pelo Ente no exercício.

Função do Indicador

O objetivo desse indicador é o de mensurar quanto o Ente possui de caixa para fazer face ao Serviço da Dívida do ano seguinte. Qualquer resultado acima de 8% demonstra a existência de reserva pelo menos para pagamento da parcela do Serviço da Dívida do mês seguinte.

Resultado – Quanto maior, melhor.

| | |
|----|---|
| 02 | Disponível Contábil (–) |
| | <u>Disponível Calculado</u> |
| | Restos a Pagar não Processados (ano anterior) |

Disponível Contábil

Trata-se do saldo contábil da conta “Disponível”, apresentado no balanço do exercício.

Disponível Calculado

Trata-se de uma conta verificação do saldo de caixa, partindo-se do disponível do ano anterior, adição de recebimentos e dedução de pagamentos. O cálculo que apresentamos para montagem do saldo de caixa atual, pela simplicidade do modelo, não considerou alguns detalhes, porém dá uma boa visão da administração do município.

Restos a Pagar não Processados (ano anterior)

Conta do Passivo Financeiro de “Restos a Pagar não Processados”, relativa ao ano de 2009.

Função do Indicador

Alguns Entes Públicos, eventualmente, efetuam registro de restos a pagar com objetivo de resguardar crédito orçamentário. Ou seja, Um ordenador de despesa, apesar de não ter certeza da realização de um gasto, mas com a iminência de perda daquela dotação orçamentária, efetua o Empenhamento de Despesas de aquisição de bens ou Serviços. Caso esses bens ou serviços sejam entregues ou prestados efetivamente, o ordenador efetua a liquidação desse Empenho. Nesse momento a despesa estará pronta para pagamento. Ao final do ano essa despesa já liquidada, caso não seja paga, será registrada em Restos a Pagar Processados, enquanto que as despesas somente empenhadas e não liquidadas serão registradas em Restos a Pagar Não Processados. Esse lançamento em “Não Processados” é

mais factível de cancelamento, e ocorre com grande frequência, sendo o maior motivo na dispersão entre o disponível calculado e o apresentado contabilmente, representando inadequação tanto financeira quanto administrativa.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| |
|--|
| 03 <u>Desp. Aposent. e Pensões</u> |
| Despesas de Pessoal |

Despesas de Aposentadorias e pensões

Este item dispensa maiores explicações, cabendo apenas ressaltar que existem dois grupamentos dentro do Plano de Contas das Despesas, relativas ao pagamento de Despesas com Aposentadorias e pensões, a primeira no grupo 3.1 (3.1.90.01.00 / 03.00) e a outra no grupo 3.3 (3.3.90.01.00 / 03.00).

Despesas de Pessoal

A exemplo da explicação anterior, o grupamento 3.1.00.00.00 – Despesas e Encargos de Pessoal é responsável pelo registro das despesas de pessoal pagas pelo Ente, porém existem contas de Despesas de Aposentadoria e pensões no Grupamento 3.3.00.00.00 – Despesas de Custeio. Essas despesas deverão ser adicionadas ao saldo da conta 3.1.

Função do Indicador

Grande parte das contribuições previdenciárias, que farão face às despesas de aposentadorias e pensões, advêm dos funcionários ativos do município. Nossa intenção é a identificação da

relação entre os contribuintes para o Fundo de Previdência e os beneficiários desse Fundo. Quanto menor for o percentual de inativos na folha de pagamento do Ente Público, menor será sua necessidade aporte para cobertura de déficits previdenciários.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| | |
|-----------|----------------------------------|
| 04 | Operação de Crédito |
| | Investimentos + Inversões |
| | Financeiras (-) Convênios |

Operações de Créditos

São as Receitas de Capital que representam os financiamentos obtidos pelo Ente. Conforme previsto na Regra de Ouro, essas receitas não podem ser utilizadas para pagamento de despesas correntes. Conta: 2.1.00.00.00.

Investimentos e Inversões Financeiras

São as Despesas de Capital que representam as aplicações de recursos correntes ou recursos de capital na compra de bens públicos, Conta: 4.4.00.00.00, na compra de bens públicos em utilização, chamado Inversões Financeiras, Conta: 4.5.00.00.00.

Convênios

Também existem Receitas de Convênio no grupo de Receitas Correntes, porém, nesse caso, referem-se às Receitas de Capital, recebidas normalmente do Governo Federal ou de Estados para a construção de uma obra pública. Essa receita está vinculada ao investimento, logo não

são recursos livres para gastos diferentes de sua vinculação. Conta: 2.4.70.00.00 Transf. Convênios.

Função do Indicador

Indica o quanto o Ente se vale de Operações de Crédito para custear seus Investimentos. Além disso, demonstra se o Ente está “rolando” a dívida, ou seja, pagando juros e encargos de financiamentos obtidos (despesa corrente) com Operação de Crédito, o significaria desobedecer a Regra de Ouro. Adicionalmente, existem casos que as Operações de Crédito são recebidas ao final do exercício e o investimento se efetuará no ano seguinte. Nesse caso o indicador seria maior que “01”, necessitando maior verificação.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 05 | <u>Total de Despesas Pagas</u> |
| | Receita Total |

Total de Despesas Pagas

No Balanço Orçamentário, o grupamento de Despesas é demonstrado em três colunas: Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas. A primeira refere-se às despesas contratadas, ainda em fase de aprovação. A segunda é a fase onde as despesas já foram aprovadas e estão aguardando somente o pagamento e a terceira fase é quando as despesas já foram efetivamente pagas. Conta: 3 – DESPESA TOTAL (coluna Despesas Pagas).

Receita Total

Total das Receitas lançadas no Balanço Orçamentário. Nesse caso não há de se falar em receita recebida ou não, pois todas as receitas do Balanço orçamentário são recebidas.

Conta: 1 – RECEITA TOTAL

Função do Indicador

Demonstra a geração de caixa do Ente. Muitos Municípios, a exemplo das grandes corporações, utilizam o máximo de prazo de pagamento das dívidas. Essa prática é saudável desde que se tenha a reserva dos recursos ou previsão de caixa para fazer face às obrigações futuras. Muitas vezes identificamos municípios com saldo negativo de disponibilidade e resultado orçamentário negativo, porém sem qualquer histórico de inadimplência. Muitas vezes isso se deve ao fato do Ente realizar giro de caixa com os prazos de pagamento. Quando o resultado é maior do que 1 representa que o Ente está utilizando estoque de caixa.

Resultado – Quanto menor, melhor.

| | |
|-----------|--------------------------|
| 06 | Receitas próprias |
| | Receita Total |

Receitas Próprias

Apesar de existirem vários conceitos sobre Receita Própria, em nosso modelo seu significado refere-se ao total das Receitas em que o Ente possui total liberdade sobre sua aplicação. Seu resultado, o qual chamamos de “Orçamento Livre”, demonstra o quanto do

orçamento que o município possui realmente gerência sobre ele, já que para os outros recursos o município funciona como repassador de recursos.

Nesse sentido, o percentual da Receita Tributária destinado ao custeio de Educação e Saúde será excluído, assim como outras receitas vinculadas, por se tratarem de receitas com destinação pré-determinada.

Receita Total

Total das Receitas lançadas no Balanço Orçamentário. Nesse caso não há de se falar em receita recebida ou não, pois todas as receitas do Balanço orçamentário são recebidas.

Conta: 1 – RECEITA TOTAL

Função do Indicador

A função desse indicador é demonstrar a capacidade do Ente na geração de receitas livres de vinculação, principalmente, ao pagamento de despesas de saúde e educação. A princípio, a vinculação de parte da receita para pagamento de despesas necessárias pode parecer o mais correto a ser feito, senão vários municípios poderiam não destinar o volume adequado de recursos para a correta manutenção desses serviços. Porém, para os municípios onde esses serviços já atingiram um bom nível, essa destinação pode acabar sendo demasiada. A existência de receitas sem essa necessidade de vinculação representa maior gestão para o governante.

Resultado – Quanto maior, melhor.

| | |
|-----------|------------------------------------|
| 07 | Aportes ao RPPS |
| | Desp. de Aposent. e pensões |

Aportes ao RPPS

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social são os planos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos, enquanto que RGPS - Regime Geral de Previdência Social seria o nosso antigo INSS.

Mensalmente os servidores e o próprio Município efetuam contribuições para manutenção do RPPS. Os Servidores normalmente contribuem com 11%, enquanto que o Município contribui com o dobro, 22%.

A necessidade de aportes ocorre quando esses 33% de contribuição obrigatória não são suficientes para pagamento das aposentadorias e pensões, o que é fato na grande maioria dos municípios brasileiros.

Despesas de Aposentadorias e pensões

Este item dispensa maiores explicações, cabendo apenas ressaltar que existem dois grupamentos dentro do Plano de Contas das Despesas, relativas ao pagamento de Despesas com Aposentadorias e pensões, a primeira no grupo 3.1 (3.1.90.01.00 / 03.00) e a outra no grupo 3.3 (3.3.90.01.00 / 03.00).

Função do Indicador

Demonstra o quanto o Ente Público está sacrificando do Tesouro para pagamento aos inativos

Resultado – Quanto menor, melhor.

3.5. ANÁLISE QUALITATIVA

Por se tratar de um modelo que utiliza uma metodologia simples e com informações restritas, a análise qualitativa tratará, basicamente, da qualidade das informações prestadas, tanto no atendimento aos relatórios oficiais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto no atendimento ao órgão fiscalizador, representado pelos Tribunais de Contas.

Será considerado também o nível de transparência e disponibilidade tempestiva das de informações, em atendimento ao Decreto nº 5.482/05 e Lei Complementar nº 131/09, que determinam a obrigatoriedade da divulgação, pelas entidades públicas, de dados e informações das contas públicas na *internet*, chamada de Portal da Transparência.

Cabe ressaltar que a simples existência dos relatórios nos sites indicados, algumas vezes, não representa que a informação está disponibilizada ou completa. Vários são os exemplos de município que declararam Relatórios de Gestão Fiscal – RGF ou Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária RREO ou até mesmo o balanço, totalmente em branco. Outras vezes alguns anexos estão preenchidos e outros não; e ainda existem os que preenchem somente algumas linhas dos demonstrativos. É fato que isso teve maior ocorrência para as informações relativas aos exercícios até 2008.

3.5.1. CHECK LIST DAS INFORMAÇÕES

Para cada um dos quatro anos, abrangendo o exercício atual e os três anos anteriores, o analista deverá verificar a disponibilidade dos demonstrativos obrigatórios por parte dos Municípios, bem como o confronto das informações ali prestadas, entre si. O quadro abaixo relaciona os demonstrativos a serem verificados, denominado Chek List das informações:

| Fonte / Nome do Relatório | Período | Peso | Quant. |
|---|--------------------------------|-----------|----------------------------|
| Site do Tesouro Nacional - SISTN < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp > | | | |
| Relatório de Gestão Fiscal – RGF | 3º quadrimestre ou 2º Semestre | 01 | (16) 4 últimos anos |
| Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO | 6º bimestre | | |
| Balanço Anual | Anual | | |
| Cadastro de Operações de Crédito - COC | Anual | | |
| RREO – Anexo X – SIOPE (Educação) | 6º bimestre | | (08) 2 últimos anos |
| RREO – Anexo X – SIOPS (Saúde) | 6º bimestre | | |
| Site do Município - Portal da Transparência | | | |
| Relatório de Gestão Fiscal – RGF | Fechamento do exercício | 02 | (06) Exercício anterior |
| Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO | Fechamento do exercício | | |
| Balanço Anual | Fechamento do exercício | | |
| Site do Tribunal de Contas do Município | | | |
| Parecer anual do Tribunal de Contas | Fechamento do exercício | 05 | (05) Último disponível |
| Site do Ministério da Previdência < http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_default.asp?tipo=1 > | | | |
| DRAA - Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial Fundo Previdenciário e Fundo Financeiro (se houver) | Exercício anterior | 05 | (05) Exerc. anterior |
| Peso total das Informações | | | 40 |

3.4.2. PENALIZAÇÃO QUALITATIVA

Informações obrigatórias devem ser cumpridas, portanto essa análise Qualitativa servirá somente para separar os bons administradores dos ruins. Sendo assim, o perfeito atendimento a todas as informações elencadas representam o cumprimento de uma obrigação do Município, motivo pelo qual a análise qualitativa é utilizada apenas para diminuição da nota quantitativa.

O atendimento aos 29 (vinte e nove) demonstrativos elencados no quadro acima, com peso total de 40 pontos, resultará ao Ente Público os seguintes Conceitos Qualitativos:

- ✓ (A) Adequado - Acima de 36 pontos - Sem Penalização
- ✓ (R) Regular - Entre 26 e 36 pontos - Perda de 5% da Nota Quantitativa
- ✓ (I) Insuficiente - Abaixo de 26 pontos - Perda de 10% da Nota Quantitativa

Importante ressaltar que esse modelo apresenta uma sugestão sobre a forma de utilização dos indicadores, ficando ao encargo dos usuários a certificação dessa utilização. Talvez não seja indicada para o usuário a classificação das informações do município em somente três níveis (Adequado, Regular e insuficiente), ou talvez as penalizações poderiam ser mais brandas ou mais severas, ou até mesmo ponderadas. O importante é o reconhecimento da importância da tempestiva e correta informação, sem os quais, impossibilitaria a elaboração de qualquer análise quantitativa.

3.6. CONCEITO CADASTRAL

Nossa análise, apesar de elaborada em Modelo Restrito e considerada de simples elaboração, não pode fechar os olhos a fatos ocorridos e amplamente divulgados na mídia, como escândalos de desvios monetários dos cofres públicos, como exemplo do “Mensalão” e outros esquemas de corrupção.

Além disso, afora atos ilícitos por parte de representantes do Governo, o Conceito cadastral também poderá ser influenciado por problemas de greves de servidores reconhecidamente devido a arrochos salariais causados por negligência ou inaptidão administrativa do Ente.

Há de se ter muito cuidado com essa ferramenta, pelo seu grande nível de subjetividade, para que não haja injustiça contra qualquer governante acusado sem provas, ou esquemas onde o Governo Municipal é mera vítima.

Finalmente, porém menos factível de identificação, também influencia na nota cadastral os inadimplementos históricos detectados, pelo menos retroagindo ao primeiro ano de mandato do atual governante, entendendo que ninguém é mais factível de inadimplir do que aquele que já o fez.

| Conceito | Penalização |
|----------|-------------|
| Bom | Sem efeito |
| Regular | 5% |
| Ruim | 10% |

4 – AUTOMAÇÃO DO MODELO

4.1 FUNDAMENTAÇÃO

Essa metodologia, dependendo da quantidade de análises que o usuário necessitar, poderá ter elevado grau de automatização dos dados. Essa automatização se dá, principalmente, devido ao Tesouro Nacional disponibilizar, além das informações elencadas no Quadro de Análise Qualitativa (vide pag.52), o Banco de Dados denominado FINBRA, onde todas as informações do Balanço Patrimonial e do balanço Orçamentário estão disponíveis para todos os 5.566 municípios brasileiros.

Isso facilita muito o processo, já que os indicadores quantitativos são elaborados, em sua grande maioria, a partir dos dados do Balanço Orçamentário e Patrimonial.

O site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp> possui os Bancos de Dados Finbra com informações desde o ano de 2002.

Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza O Cadastro Único de Convênio - CAUC, criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 1, de 17 de outubro de 2005, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que tem como objetivo de simplificar a verificação, pelo gestor público ou por usuários interessados, do atendimento, pelos Entes Públicos que são beneficiários de transferências voluntárias de recursos da União, FPM e convênios, no caso dos Municípios, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável. Através de CAUC, de forma automatizada, torna-se mais rápido o acesso às informações previstas na análise Qualitativa.

CONCLUSÃO

A proposta desse trabalho foi a de criação de uma metodologia de Análise de Risco de Crédito para Município, chamada de Modelo Restrito, que permitisse maior agilidade no que se refere ao seu processo de elaboração e à disponibilidade das informações. Para tanto, duas premissas foram consideradas: processo simples de alimentação da metodologia e dados disponíveis de forma ampla irrestrita.

Na verdade, essas eram as duas grandes perguntas, implícitas na formulação do problema: a primeira com relação à complexidade do tema, atualmente tão obscura para a grande maioria da população. A segunda, relativa ao acesso às informações, indagava se haviam fontes suficientes e fidedignas de captação das informações financeiras dos Entes Públicos, mas precisamente, dos Municípios.

Concluimos que ambas as repostas são positivas, atribuindo grande parte, senão toda ela, aos esforços dos Governos como um todo, mas mais precisamente do Governo Federal, representado pelo Tesouro Nacional, na instituição e implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, sem a qual este trabalho não seria possível.

ANEXO 1 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE SINALIZAÇÃO E DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DO MODELO

Nota de esclarecimento:

Funcionário concursado do BNDES há dez anos, seis deles atuando na área de Risco de Crédito, com experiência em risco de Instituições Financeiras, Empresas Privadas e Entes Públicos. Grande parte das afirmações desse trabalho origina-se dessa expertise. Sendo assim, é necessário esclarecer que o conjunto de indicadores quantitativos apresentados nesse modelo foi desenvolvido com objetivo de atender à preparação do TCC, para conclusão do MBA de Gestão de Negócios, junto ao IBMEC.

Além da apresentação da memória de cálculo dos indicadores, serão inseridas também observações relevantes sobre inadequações recorrentes no preenchimento das informações, de forma a alertar ao analista na validação dos dados de cada indicador.

Para dar mais credibilidade ao modelo, todas as memórias de cálculo dos indicadores serão apresentadas com as informações reais do exercício de 2010 do Município de São Paulo. Ou seja, qualquer usuário poderá baixar os relatórios de LRF do Município, testar os cálculos efetuados e replicá-los para outros municípios.

Três foram os motivos de escolha do Município de São Paulo para teste:

- Disponibilidades de todas as informações necessárias, seja para análise de Sinalizadores, Qualitativa, Quantitativa e de Cadastro;
- Alto nível comprovado de acurácia nas informações;
- Importância do Município do cenário brasileiro.

I - CÁLCULO DOS INDICADORES

A) INDICADORES DE SINALIZAÇÃO

1- Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida

Despesa de Pessoal

Quadro I

| | CONTA | DESCRIÇÃO | Balanco 2010 |
|---|--------------|---|--------------|
| | | (utilização da coluna de despesas empenhadas) | |
| + | 3.1.00.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 7.475.002 |
| + | 3.3.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 2.481.182 |
| + | 3.3.90.03.00 | Pensões | 438.785 |
| = | | Total de Despesas de Pessoal pelo Balanço | 10.394.969 |

| | PODER | RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | 3º Quad./2010 |
|---|-------------|---|---------------|
| | Executivo | DESPESA BRUTA COM PESSOAL liquidadas | 10.281.453 |
| | Executivo | DESPESA BRUTA COM PESSOAL em Restos a Pagar | 39.268 |
| | Legislativo | DESPESA BRUTA COM PESSOAL liquidadas | 219.571 |
| | Legislativo | DESPESA BRUTA COM PESSOAL em Restos a Pagar | 2.182 |
| = | | Total de Despesas de Pessoal pelo RGF | 10.542.474 |

Quadro II

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| CAMPO | DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | |
|-------|---|---------------------|--|
| | | (Últimos 12 Meses) | |
| | | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| 1 | DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4) | 10.281.453.365,94 | 39.267.969,06 |
| 2 | Pessoal Ativo | 7.338.632.783,74 | 38.764.458,51 |
| 3 | Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.942.820.582,20 | 503.510,55 |
| 4 | Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| 5 | DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9) | 2.031.138.694,94 | 2.094.612,31 |
| 6 | Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 3.236.814,36 | 550.725,83 |
| 7 | Decorrentes de Decisão Judicial | 202.469.401,30 | 1.040.375,93 |
| 8 | Despesas de Exercícios Anteriores | 122.234.243,24 | 0,00 |
| 9 | Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 1.703.198.236,04 | 503.510,55 |
| 10 | DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 8.250.314.671,00 | 37.173.356,75 |
| 11 | DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb) | | 8.287.488.027,75 |

| CAMPO | APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|-------|--|-------------------|
| 12 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 25.504.557.373,99 |
| 13 | % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | 32,49 |
| 14 | LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 54,00% | 13.772.460.981,95 |
| 15 | LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30% | 13.083.837.932,86 |

O Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, já disponibiliza todas as informações desse indicador. Conforme demonstrado nos quadros I e II, acima, a Despesa de pessoal pode ser validada, de forma aproximada, com base nas informações contidas no Balanço Orçamentário do Ente.

Cabe atentar, no quadro II, campo 5 - Despesas não Computadas, onde são deduzidos do total de Despesa de Pessoal os pagamentos de indenizações trabalhistas (gastos considerados não recorrentes), e também os gastos com inativos cujos recursos são oriundos das contribuições previdenciárias Patronal e dos Servidores. A validação dessa última dedução poderá ser efetuada através do anexo V do RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, onde a soma do valor deduzido NÃO PODERÁ ser superior à soma do campo “3 - Receita de Contribuições dos Segurados” e do campo “61 - RECEITAS CORRENTES”. Essa conferência é importante porque alguns municípios consideraram o aporte também como dedução, o que não é permitido.

Receita Corrente Líquida

Quadro III

| | CONTA | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-----|----------------|--|-------------------|
| + | 1.0.00.00.00 | Receitas Correntes | 27.664.960 |
| (-) | 1.2.10.29.00 | Contribuição para o Regime próprio do Servidor | (634.278) |
| (-) | 9.0.0.00.00.00 | Deduções da receita Corrente | (1.457.792) |
| | N.A. | Compensação entre Regimes Previdenciários | |
| = | | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 25.572.890 |

O Quadro III apresenta uma dificuldade na validação do cálculo da RCL, que é a inexistência, em balanço (no modelo sintético do SISTN) de informação sobre a receita de compensação entre regimes previdenciários, contabilizada em conta “outros”. Contudo, os valores relativos a essa rubrica são normalmente inexpressivos, de forma que o cálculo da

RCL está compatível com o apresentado no quadro II, campo 12, apresentando diferença considerada irrelevante.

Resultado:

Validados os números apresentados no anexo I da RGF, quadro II, campo.

| Cálculo do indicador | Indica que 32,49% da RCL do Ente está comprometida com o pagamento de Despesas de Pessoal. |
|--|--|
| $\frac{8.287.488}{25.504.557} = 0,325$ | |

2 - Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida

Serviço da Dívida

Despesa Corrente de Juros + Despesa de Capital de Amortização.

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|--------------|--------------|----------------------------|---------------------|
| + | 3.2.00.00.00 | Juros e Encargos da Dívida | 2.293.121 |
| + | 4.6.00.00.00 | Amortização da Dívida | 467.150 |
| = | | SERVIÇO DA DÍVIDA | 2.760.271 |

Receita Corrente Líquida

Calculado na página anterior, validado no valor de R\$ 25.504.557.

Resultado:

| Cálculo do indicador | Indica que 10,82% da RCL do Ente está comprometida com o pagamento do Serviço da Dívida. |
|--|--|
| $\frac{2.760.271}{25.504.557} = 0,108$ | |

3 - Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida

Dívida Consolidada Líquida

| CONTA | DESCRIÇÃO | Balanco 2010 |
|----------------|-------------------------------------|-------------------|
| + Passivo - 07 | Restos a Pagar Processados | 304.207 |
| + Passivo - 41 | Precatórios a Partir de 05/05/2000 | 9.844.622 |
| + Passivo - 46 | Obrigações Exigíveis a Longo Prazo | 48.782.876 |
| (-) Ativo - 03 | DISPONÍVEL | -3.907.946 |
| (-) Ativo - 14 | CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - Disponível | 0 |
| (-) Ativo - 19 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 573.136 |
| = | DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 55.596.895 |

O Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, já disponibiliza todas as informações desse indicador, conforme abaixo:

| RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") | | | R\$ 1,00 | | |
|---|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| CAMPO | DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010 | | |
| | | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| 1 | DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7) | 48.003.309.074,74 | 51.257.515.448,26 | 53.008.123.547,91 | 58.627.498.553,61 |
| 2 | Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Dívida Contratual = (4+5) | 40.259.369.576,21 | 41.644.915.744,18 | 43.206.806.135,89 | 48.408.261.645,07 |
| 4 | Interna | 39.624.276.853,59 | 41.042.023.306,84 | 42.602.073.477,28 | 47.832.895.444,06 |
| 5 | Externa | 635.092.722,62 | 602.892.437,34 | 604.732.658,61 | 575.366.201,01 |
| 6 | Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos | 7.363.580.503,62 | 9.234.665.431,53 | 9.425.132.879,21 | 9.844.622.510,63 |
| 7 | Demais Dívidas | 380.358.994,91 | 377.934.272,55 | 376.184.532,81 | 374.614.397,91 |
| 8 | DEDUÇÕES (II)* = (9+10-11) | 2.451.002.749,61 | 4.200.827.371,92 | 4.096.646.675,27 | 4.176.874.603,82 |
| 9 | Disponibilidade de Caixa Bruta | 2.180.585.809,92 | 4.057.659.781,51 | 3.841.722.620,60 | 3.907.946.151,17 |
| 10 | Demais Haveres Financeiros | 622.439.823,33 | 549.627.654,10 | 602.753.724,16 | 573.136.159,67 |
| 11 | (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 352.022.883,64 | 406.460.063,69 | 347.829.669,49 | 304.207.707,02 |
| 12 | DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II) | 45.552.306.325,13 | 47.056.688.076,34 | 48.911.476.872,64 | 54.450.623.949,79 |
| 13 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 21.902.413.348,51 | 23.294.136.240,67 | 24.498.957.219,97 | 25.504.557.373,99 |
| 14 | % da DC sobre a RCL (I/RCL) | 219,17 | 220,04 | 216,37 | 229,87 |
| 15 | % da DCL sobre a RCL (III/RCL) | 207,98 | 202,01 | 199,65 | 213,49 |
| 16 | LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00% | | | | 30.605.468.848,79 |

Receita Corrente Líquida

Calculado na página anterior, validado no valor de R\$ 25.504.557.

Resultado:

| Cálculo do indicador |
|---|
| $\frac{54.450.623}{25.504.557} = 2,135$ |

Indica que 213,49% da RCL do Ente está comprometida com o pagamento do Serviço da Dívida, bem acima do limite da LRF, que é de 120%.

4 - Resultado Primário/Serviço da dívida

Resultado Primário

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|--------------|----------------|--|---------------------|
| + | 1.0.00.00.00 | Receitas Correntes | 27.664.960 |
| + | 2.0.00.00.00 | Receitas de Capital | 2.747.793 |
| + | 9.0.0.00.00.00 | Deduções da Receita Corrente | (1.457.791) |
| + | 7.0.00.00.00 | Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | 1.028.999 |
| (-) | 1.3.20.00.00 | Receitas de Valores Mobiliários | (362.677) |
| (-) | 2.1.00.00.00 | Operações de Crédito | (19.786) |
| (-) | 2.2.00.00.00 | Alienação de Bens | (727.254) |
| (-) | 2.3.00.00.00 | Amortização de Empréstimos | (11.822) |
| = | | I - RECEITAS PRIMÁRIAS | 28.862.422 |
| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
| | | (utilização da coluna de despesas empenhadas) | |
| + | 1.0.00.00.00 | Despesas Correntes | 25.142.295 |
| + | 2.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 3.619.259 |
| (-) | 3.2.00.00.00 | Juros e Encargos da Dívida | (2.293.121) |
| (-) | 4.6.00.00.00 | Amortização da Dívida | (467.150) |
| = | | II - DESPESAS PRIMÁRIAS | 26.001.283 |
| | | I - II = RESULTADO PRIMÁRIO | 2.861.139 |

O Anexo VII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, traz o cálculo do Resultado Primário e o Anexo XIII do mesmo relatório, traz esse valor segregado, condizente com o valor calculado.

| CAMPO | RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no AMF da LDO (a) | Resultado Apurado Até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|-------|-------------------------------|-------------------------------------|---|---------------------------------|
| 33 | Resultado Nominal | 4.631.081.000,00 | 8.904.062.221,66 | 192,27 |
| 34 | Resultado Primário | 524.312.000,00 | 2.857.447.876,46 | 544,99 |

Serviço da Dívida

Calculado na página anterior, validado no valor de R\$ 2.760.271.

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|---------------------------------|-------|
| $\frac{2.861.139}{2.760.271} =$ | 1,037 |

Indica que o Resultado Primário gerado no exercício foi suficiente para pagamento do Serviço da dívida, com sobra de 3,65%.

B) INDICADORES QUANTITATIVOS

1 - Disponibilidade líquida / Serviço da Dívida

Cálculo da disponibilidade Líquida:

- (+) Conta do Balanço Patrimonial - Ativo Financeiro - Disponível
- (-) Conta do Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro – Restos a pagar processados
- (-) Conta do Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro – Restos a pagar não processados
- (-) Saldo de Disponibilidade do Regime de Previdência, constante no Anexo V do RGF
- (-) Resultado positivo da diminuição da Receita de Capital de Operação de Crédito da Despesa de Capital de investimentos. Se negativo, não considerar.

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|--------------|---------------|---|---------------------|
| + | Ativo - 03 | DISPONÍVEL | 3.907.946 |
| - | Passivo - 07 | Restos a Pagar Processados | -304.207 |
| - | Passivo - 18 | Restos a Pagar Não Processados | -1.643.094 |
| - | RGF-Anexo V | Campo 8 - Regime próprio Previdência dos Servidores | -13.704 |
| - | Não Aplicável | Operação de Crédito < Investimento - Resultado negativo | 0 |
| | | Disponibilidade Líquida | 1.946.941 |

Serviço da Dívida

Calculado acima, validado no valor de R\$ 2.760.271.

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|-------------------------------|---------|
| $\frac{1.946.941}{2.760.271}$ | = 0,705 |

Indica que o Ente já possui 70,53% do valor anual do seu Serviço da Dívida.

2 – Disponível Contábil (-) Disponível Calculado / Restos a Pagar não Processados**Disponível Contábil**

Saldo contábil ao final do exercício.

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|------------|---------------------|--------------|
| = | Ativo - 03 | Disponível Contábil | 3.907.946 |

Disponível Calculado

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|---|--------------|
| + | Ativo - 03 | DISPONÍVEL - ano 2009 | 2.178.010 |
| (-) | Passivo - 07 | Restos a Pagar Processados - ano 2009 | -352.024 |
| (-) | Passivo - 18 | Restos a Pagar Não Processados - ano 2009 | -1.469.121 |
| + | 1.0 | Receita Total - ano 2010 | 29.983.961 |
| (-) | 3.0 | Despesa Total (coluna pagas) - ano 2010 | -26.844.602 |
| = | | Disponível Calculado | 3.496.224 |

Restos a Pagar não Processados

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|--|--------------|
| = | Passivo - 18 | Restos a Pagar Não Processados do ano anterior | 1.643.094 |

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|-----------------------------|---------|
| $\frac{411.722}{1.469.121}$ | = 0,280 |

Indica que 28,03% dos restos a pagar do ano de 2009 podem ter sido cancelados.

3 - Despesa de Aposentadorias e Pensões / Despesa de Pessoal

Despesa corrente de aposentadorias e Pensões

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa Corrente - Aposentadorias (grupo 3.1)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa Corrente - Pensões (grupo 3.1)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa Corrente - Aposentadorias (grupo 3.3)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa corrente - Pensões (grupo 3.3)

| CONTA | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|--------------|---------------------------------------|------------------|
| 3.1.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 0 |
| 3.1.90.03.00 | Pensões | 0 |
| 3.3.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 2.481.182 |
| 3.3.90.03.00 | Pensões | 438.785 |
| | Total de Despesas com Inativos | 2.919.967 |

Despesa de Pessoal

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Total do grupo 3.1 - (Correntes Pessoal e Encargos)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa Correntes - Aposentadorias (grupo 3.3)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa Correntes - Pensões (grupo 3.3)

| CONTA | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|--------------|---------------------------------------|-------------------|
| 3.1.00.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 7.475.003 |
| 3.3.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 2.481.182 |
| 3.3.90.03.00 | Pensões | 438.785 |
| | Total de Despesas com Inativos | 10.394.970 |

Resultado:

| Cálculo do indicador |
|--|
| $\frac{2.919.967}{10.394.970} = 0,281$ |

Indica que 28,09% dos gastos diretos com pessoal são utilizados para pagamento de inativos.

4 - Operação de Crédito / Investimentos-Convênios

Operações de Crédito

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Receita de Capital - Operações de Crédito

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|----------------------|--------------|
| = | 2.1.00.00.00 | Operações de Crédito | 19.786 |

Investimentos + Inversões Financeiras (-) Convênios

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa de Capital – Investimentos

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Despesa de Capital – Inversões Financeiras

(-) Conta do Balanço Orçamentário – Receita de Capital – Transf. De Capital - Convênios

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|--|------------------|
| | 4.4.00.00.00 | Investimentos | 2.371.975 |
| | 4.5.00.00.00 | Inversões Financeiras | 780.133 |
| | 2.4.70.00.00 | Transferências de Convênios | -247.913 |
| | | Total de Investimentos Líquidos | 2.904.195 |

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|----------------------------|---------|
| $\frac{19.786}{2.904.195}$ | = 0,007 |

Indica que 93% dos investimentos efetuados pelo município no exercício, foram efetuados com recursos próprios.

5 - Total de Despesas pagas / Receitas Totais

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Total de Despesas (coluna 3 Despesas Pagas)

(+) Conta do Balanço Orçamentário – Total de Receitas

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|
| = | 3.0 | Despesa Total - Colunas "Pagas" | 26.844.602 |
| = | 1.0 | Receita Total | 29.983.961 |

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|----------------------------|---------|
| $\frac{19.786}{2.904.195}$ | = 0,007 |

Indica que 93% dos investimentos efetuados pelo município foram efetuados com recursos próprios.

6 - Receitas próprias / Receita Total

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Base | Balanço 2010 |
|-------|--------------|--|-----------|-------------------|
| + | 1.0 | Receita Total | | 29.983.961 |
| (-) | 2.0.00.00.00 | Receitas de Capital | | -2.747.793 |
| | | <i>Deduções para Saúde (15%) e Educação (25%) = 40%:</i> | | |
| + | 1.1.12.02.00 | IPTU | 4.049.113 | -1.619.645 |
| + | 1.1.12.04.00 | IR | 858.465 | -343.386 |
| + | 1.1.12.08.00 | ITBI | 948.638 | -379.455 |
| + | 1.1.13.00.00 | Impostos s/ Produção e a Circulação | 7.053.318 | -2.821.327 |
| + | 1.7.21.01.02 | FPM | 131.383 | -52.553 |
| + | 1.7.21.01.05 | ITR | 689 | -276 |
| + | 1.7.21.36.00 | ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 | 35.511 | -14.204 |
| + | 1.7.22.01.01 | Cota-Parte do ICMS | 5.340.742 | -2.136.297 |
| + | 1.7.22.01.02 | Cota-Parte do IPVA | 1.743.335 | -697.334 |
| + | 1.7.22.01.04 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 43.107 | -17.243 |
| + | 1.9.00.00.00 | Outras Receitas Correntes | 1.637.214 | -654.886 |
| | | <i>Deduções de Receitas Vinculadas:</i> | | |
| | 1.2.10.00.00 | Contribuições Sociais | | -634.278 |
| | 1.3.28.00.00 | Remun. dos Invest. Do RPPS | | -1.232 |
| | 1.7.21.33.00 | Transferências do SUS | | -1.037.524 |
| | 1.7.24.00.00 | Transferências do FUNDEB | | -2.444.031 |
| | 1.7.60.00.00 | Transferências de Convênios Correntes | | -85.969 |
| | 2.4.70.00.00 | 10% s/ Transf. Convênios de Capital | 247.912 | -24.791 |
| | 7.0.00.00.00 | Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | | -1.028.999 |
| | | Orçamento Livre | | 13.242.738 |

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|---------------------------------|---------|
| $\frac{13.242.738}{29.983.961}$ | = 0,458 |

Indica que 45,84% das receitas do Município são desvinculadas.

7- Aportes ao RPPS / Despesas de aposentadoria e pensões**Aportes do RPPS**

(+) Anexo V do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, quadro de Aportes, caso obtendo informações do RREO de 2010, ou linha “RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)”

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|--|--------------|
| = | RREO-ANEXO V | CAMPO 47 TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | 1.217.743 |

Despesa corrente de aposentadorias e Pensões

| CONTA | | DESCRIÇÃO | Balanço 2010 |
|-------|--------------|---------------------------------------|------------------|
| | 3.1.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 0 |
| | 3.1.90.03.00 | Pensões | 0 |
| | 3.3.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | 2.481.182 |
| | 3.3.90.03.00 | Pensões | 438.785 |
| | | Total de Despesas com Inativos | 2.919.967 |

Resultado:

| Cálculo do indicador | |
|-------------------------------|---------|
| $\frac{1.217.743}{2.919.967}$ | = 0,417 |

Indica que as contribuições previdenciárias cobrem 58,3% das despesas com inativos.

RESUMO DOS INDICADORES: SINALIZAÇÃO E QUANTITATIVOS

| Nº | Indicadores de Sinalização | Índice Calculado(%) | Parâmetro Previsto na LRF | Nº de Sinalizações |
|----|--|---------------------|---------------------------|--------------------|
| 1 | Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida | 32,49% | 54% | 2 |
| 2 | Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida | 10,82% | 11,5% | 2 |
| 3 | Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida | 213,49% | 120% | 2 |
| 4 | Resultado Primário/Serviço da dívida | 103,65% | > 1 | 1 |

| nº | Indicadores Quantitativos | Índice Calculado(%) | Ponderação |
|----|--|---------------------|-------------|
| 1 | Disponibilidade Líquida / Serviço da Dívida | 70,53% | 20% |
| 2 | Disp. Contábil - Disp. Calculado / Total Restos a Pagar | 28,03% | 20% |
| 3 | Despesa de Aposentadorias e Pensões / Despesa de Pessoal | 28,09% | 20% |
| 4 | Operação de Crédito / Investimentos+Inversões (-)Convênios | 7,00% | 10% |
| 5 | Total de Despesas pagas / Receitas Totais | 7,00% | 10% |
| 6 | Receitas próprias / Receita Total | 45,84% | 10% |
| 7 | Aportes ao RPPS / Despesas de aposentadoria e pensões | 41,70% | 10% |
| | Soma | | 100% |